

A VIVÊNCIA DO RACISMO E DO SEXISMO NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DAS MENINAS NEGRAS

Jussara de Cássia Soares Lopes – PUC/RIO

Abstract: This article results from a research project in progress, intended to be a reflection on what are the mechanisms and recreation naturalization of racism and sexism systematically experienced in childhood and adolescence of black women, assuming that processes are fundamental to the constitution of the identity of black women. In other words, is a study that will seek to provide clues for reflection and analysis around the discussion of gender, race and identity, articulating with childhood and adolescence. To this end, we present how was the choice of topic, its relevance given the existing production on this little debate, seeking the understanding of what being black girl in an oppressive society, patriarchal and racist as we live.

Keywords: racism, sexism, identity.

1. INTRODUÇÃO

O racismo e o sexismo são processos vivenciados cotidianamente por grande parte da população brasileira, justamente em uma sociedade que se conclama democrática, mas que não se materializa como igualitária para diversos segmentos.

Dessa forma, nosso estudo – atualmente em desenvolvimento no mestrado em Serviço Social¹ da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio) – se propõe a ser uma investigação sobre quais são os mecanismos de naturalização do racismo e do sexismo sistematicamente vivenciados na infância e adolescência das mulheres negras, partindo do pressuposto de que são processos fundamentais para a constituição da identidade da mulher negra, interferindo no imaginário dessas mulheres através de uma memória ressignificada a ser desnudada através dos discursos e narrativas que nos serão apresentados. O campo empírico eleito para a pesquisa é a região do norte de Minas Gerais, de onde aleatoriamente elegeremos seis mulheres negras, assistentes sociais², para participar do estudo.

Em outras palavras, é um estudo acerca da trajetória de vida de mulheres negras com enfoque na infância e adolescência, apresentadas por elas mesmas, tendo

¹ Início em 02/2011, previsão de conclusão em 02/2013.

² A opção por essa categoria profissional é para que assim possamos refletir sobre a existência ou não da discussão sobre a temática de gênero e raça, de forma articulada, na formação do assistente social.

como objetos de análise as mais diversas manifestações, ao longo de suas vivências, da sociedade opressora, racista e patriarcal em que vivemos. Partiremos das hipóteses de que é nesses dois momentos da vida em que as expressões do sexismo e do racismo aparecem diretamente e causam *dor*³, destacando o fenótipo do *cabelo*⁴ e a descoberta do amor⁵, especificamente na adolescência, como fundamentais nesses processos.

2. A ESCOLHA DO TEMA

Urge refletir sobre a pouca incidência de estudos que relacionam a infância e adolescência das meninas negras⁶, esse “doloroso palco da percepção do racismo” (FONSECA, 2012), sendo isso o que nos move ao propor esta pesquisa. Para tanto, realizamos uma investigação no Banco de Teses CAPES – BTC⁷, portal onde encontramos resumos e informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do Brasil a partir de 1987, ano de sua fundação, e apresentaremos o que encontramos, entre 1987 e 2010, último registro de teses e dissertações lançados no portal até dezembro de 2011, quando realizamos este levantamento.

O levantamento foi feito utilizando as seguintes chaves de busca: criança negra, crianças negras, adolescente negra, adolescentes negras, menina negra, meninas negras, jovem negra, jovens negras. Após a localização dos trabalhos, realizamos uma análise qualitativa, através da leitura dos cadastros das teses e dissertações encontradas, a fim de identificar quais os trabalhos articulavam gênero e raça à infância e/ou adolescência. Foi após esta segunda etapa que chegamos ao número de 20 (vinte) pesquisas.

Por outro lado, mediante a leitura dos cadastros do BTC Resumos, cujo padrão de organização consiste em informações básicas do trabalho (como, por exemplo, nome do orientando, título do trabalho, instituição, orientador etc.) e resumo,

³ Dor que, segundo Jurandir Freire Costa, prefaciando a obra “Tornar-se Negro” de Neuza Santos Souza (1983), não é sinônimo de frustração ou desprazer, mas relaciona-se intimamente à violência racista, que leva o sujeito negro “a encarnar o corpo e ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (1983, p. 2).

⁴ Cf. bell hooks.

⁵ Cf. Beatriz Nascimento em “A mulher negra e o amor”.

⁶ Sabemos do debate epistemológico em torno da utilização do termo “mulher negra” – enquanto sujeito político – no plural ou no singular. Está para além do âmbito deste estudo aprofundar nessa discussão, mas destacamos que optaremos por utilizar o termo no plural e, igualmente, as meninas negras também serão compreendidas assim, pois acreditamos que são múltiplas e não queremos cair no risco do reducionismo ou essencialismo destes novos sujeitos que daremos centralidade aqui.

⁷ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses/> Último acesso em 21/12/2011.

percebemos uma marcante inconstância no aspecto formal dos registros e a ausência de informações relevantes em alguns resumos e, em raros casos, ausência do próprio resumo. Além disso, reconhecemos os limites das chaves de busca utilizadas⁸, que podem ter obscurecido outros estudos. Tais fatos precisam ser considerados.

Dessa forma, considerando os resultados encontrados e avaliados, enfatizamos que, se ao longo de 23 (vinte e três) anos, apenas 20 (vinte) estudos puderam ser localizados, podemos inferir que, em média, nem uma pesquisa articulando gênero, raça e infância e/ou adolescência é realizada por ano. Além disso, destaca-se, ainda, que a grande maioria dos trabalhos concentra-se na área da Educação e que, dentre os estudos encontrados, nenhum é oriundo de programas de pós-graduação em Serviço Social.

O Serviço Social brasileiro, após ter passado por um processo de ressignificação, que ocorreu na América Latina com o chamado Movimento de Reconceituação⁹, passa a se posicionar enquanto profissão que existe para atuar nas expressões da Questão Social¹⁰ e, para tal, consolida-se fundamentalmente na viabilização dos direitos garantidos aos cidadãos. Sendo assim, tendo em vista que a criança e o adolescente são compreendidos enquanto sujeitos de direitos, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e que são segmentos vulneráveis que necessitam de proteção do Estado e da sociedade, se faz urgente a existência e efetividade de políticas públicas que garantam essa proteção às meninas negras, crianças e adolescentes, ainda mais expostas à violência por sofrerem a opressão do sexismo e do racismo.

Portanto, a expectativa é que esta pesquisa, ora proposta, possa contribuir para a compreensão das mulheres negras no Brasil e, mais ainda, dar visibilidade a este segmento ainda pouco conhecido na nossa sociedade: as meninas negras. Dessa forma, esperamos fornecer pistas para a garantia dos direitos e para a proteção desse segmento

⁸ Ressalta-se que, na tentativa de encontrar mais trabalhos envolvendo gênero, raça e infância e/ou adolescência, utilizamos as chaves de busca “mulher negra” e “mulheres negras”, ao passo que 300 (trezentos) registros foram encontrados. Na impossibilidade de avaliar qualitativamente cada cadastro, desconsideramos essas palavras chaves em nosso levantamento, mas ressaltamos que há possibilidade de outros registros dentro da temática que buscamos serem encontrados se uma avaliação considerando esses cadastros for realizada.

⁹ Cf. “Ditadura e Serviço Social”, de José Paulo Netto (1995), e “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho (1998).

¹⁰ No Serviço Social compreende-se, hegemonicamente, de acordo com Yamamoto (2001, p.16) que “a questão social diz respeito ao conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos”.

que sofre desproporcionalmente com os mecanismos de opressão construídos na modernidade.

3. ARTICULANDO GÊNERO E RAÇA

As discussões acerca do racismo vêm demonstrando cada vez mais expressão mundial, sendo que, no Brasil, o debate sobre as relações raciais tornou-se pauta da política brasileira nos últimos anos, bem como, objeto de estudo de muitos trabalhos acadêmicos. Isso ocorre porque vivemos em uma sociedade que se insere em um quadro de permanência das desigualdades raciais, na qual ocorre a naturalização da participação diferenciada de brancos e negros nos vários espaços da vida social.

Destarte, a exclusão da população negra é constatada em todos os indicadores sociais¹¹, demonstrando a concentração dos afrodescendentes em situação de desigualdade, destacando-se nos segmentos mais pauperizados da sociedade brasileira.

Embora reconheçamos os avanços na legitimidade política e nas bases teóricas, verifica-se, também, a existência de barreiras ideológicas e políticas de predominância dessa abordagem no meio acadêmico, estatal e societal.

Ao mesmo tempo, é notório refletir sobre o padrão de dominação masculina, que tem contribuído para a reprodução de estereótipos do papel secundário e marginal da mulher na sociedade. Os modelos tradicionais de relações de gênero colocaram as mulheres no papel de frágil e submissa, e os homens de sexo forte, dominador e viril. É o domínio masculino que prevalece no campo do discurso, da linguagem e na determinação das formas de estar e ser mulher. Partindo dessas hipóteses, se somarmos a esse segmento o fator raça¹², obteremos um grupo que sofre dupla opressão na sociedade brasileira: a mulher negra.

Considerando que as relações sociais estão marcadas pela desigualdade, podemos afirmar que o fator gênero/raça é um dos determinantes para a exclusão ou inclusão dos indivíduos. Concordamos com Bairros (1995) que analisa serem as

¹¹ Esses dados podem ser verificados no Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil e outros indicadores sociais, como IPEA e DIEESE;

¹² Optamos por utilizar o conceito de raça por acreditar ser essencial problematizar o modo como as pessoas são socialmente racializadas nas práticas sociais em que vivem e, assim, concordamos que é “um conjunto de relações sociais que permitem situar os indivíduos e os grupos e determinar vários atributos ou competências com base em aspectos biologicamente fundamentados. As distinções raciais representam mais do que formas de descrever as diferenças humanas – são também fatores importantes na reprodução de padrões de poder e de desigualdade dentro da sociedade” (GIDDENS, 2005, p.205).

mulheres negras uma categoria construída a partir da experiência de ser negro (vivida “através” do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça). Nesse mesmo contexto, Werneck (2010, p. 10) complementa:

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos.

Ainda em conformidade com Werneck (2010), é a partir do processo de subalternização que se dá o processo de resistência e a construção desse sujeito político “mulher negra”.

4. APROXIMAÇÃO À MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Vozes – Mulheres

*A voz da minha avó ecoou
criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz da minha avó
ecoou obediência
aos brancos – donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas
alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue e fome.
A voz de minha filha*

*recolhe todas as nossas
vozes
recolhe em si
as vozes mudas e caladas
engasgadas na garganta
voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida – liberdade.*

Conceição Evaristo

A poesia ilustrada acima tem por objetivo nos lembrar da histórica resistência das mulheres negras que, enquanto sujeito social importante na composição da história do nosso país, vêm construindo essa trajetória de luta.

As mulheres brasileiras, especialmente nas últimas décadas, das mais diversas formas, têm afirmado a sua cidadania, constituindo-se como sujeitos sociais através dos seus movimentos e ações¹³. Diversos estudos mostram que, na década de 1970¹⁴, tanto o Movimento Feminista como o Movimento Negro ressurgem pautados por uma luta pela redemocratização, extinção das desigualdades e em busca da cidadania.

Diante da invisibilização da categoria “raça” nos estudos e nas ações do nascente movimento de mulheres e da não atenção às relações de gênero no movimento negro, mulheres negras militantes em tais organizações se propuseram a questionar essas práticas excludentes (RODRIGUES e PRADO, 2010). Segundo Carneiro (2003), as mulheres negras tiveram que “enegrecer” a agenda do movimento feminista e “sexualizar” a do movimento negro, promovendo uma diversificação das concepções e práticas políticas em uma dupla perspectiva, tanto afirmando novos

¹³ Através das lutas e negociações dos movimentos feministas é notório reconhecer que diversos ganhos foram conquistados, como igualdade jurídica, direitos políticos, etc. Apesar disto, o que percebemos é que ainda não houve mudanças estruturais nos papéis historicamente desempenhados pelos indivíduos de sexo opostos. O modelo tradicional de família patriarcal persiste, e embora exista consenso sobre as transformações estruturais da família, a expectativa social relacionada às suas tarefas e obrigações continua preservada, principalmente no que se refere ao papel paterno e, mais ainda, o materno.

¹⁴ Contexto de ditadura militar no Brasil.

sujeitos políticos quanto exigindo reconhecimento das diferenças e desigualdades entre esses novos sujeitos:

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras (CARNEIRO, 2005, p. 133).

O que percebemos, assim, é que nos últimos trinta anos, a mobilização de mulheres negras organizadas tem sido um fenômeno significativo no cenário contemporâneo brasileiro. É igualmente notável, ao longo desse processo, o esforço dessas mulheres em inserir novas marcas de verdade no imaginário coletivo sobre a imagem da mulher negra no Brasil. O feminismo negro em construção tem sido a base das práticas discursivas das organizações de mulheres negras e do movimento. Fazem ainda parte dessa dinâmica os desafios para superação dos estereótipos criados e/ou recriados, no processo histórico brasileiro e diaspórico, em torno da imagem da mulher negra (SEBASTIÃO, 2010).

Por feminismo negro no Brasil, considerei o movimento político, intelectual e de construção teórica de mulheres negras comprometido com a mudança social e atuante num campo ideológico no qual estão inseridas. O feminismo negro é um conceito que vem sendo forjado na luta do movimento de mulheres negras pelo reconhecimento das especificidades do grupo no contexto da luta feminista e do combate ao racismo (SEBASTIÃO, 2010, p.34).

As correntes desenvolvidas pelo feminismo tradicional não correspondem integralmente às necessidades da mulher afrodescendente. Daí, a relevância de desenvolver um feminismo com recorte racial e que combata simultaneamente o domínio patriarcal e racista.

5. A MENINA NEGRA QUE VOS FALA

A proposta deste trabalho é parte de minha construção como mulher negra em uma sociedade de supremacia branca. As opressões vivenciadas, inicialmente na

família, depois na escola e, posteriormente, em outros espaços, possibilitaram-me estar em constante resignificação sobre quem sou no mundo social, até a tomada de consciência da minha negritude, considerando minha fisicalidade, cujas marca crucial são meus cabelos crespos.

As marcas que caracterizam os afrodescendentes no Brasil, especialmente a cor da pele e a textura dos cabelos, socialmente, funcionam como pistas que indicam os lugares sociais reservados aos negros. Nogueira (1979) chega à conclusão que o preconceito e as atitudes discriminatórias, nas formas em que se apresentam no Brasil, podem ser tipificados como sendo um “preconceito de marca”.

Em outras palavras, quando se nasce negro, aprende-se cedo qual é o seu lugar social, que lhe é reservado por causa da raça, identificada pela “marca”. Entretanto, não nasci com a pele negra, e socialmente não sou classificada como tal. Dessa forma, sofria intensamente manifestações do racismo, mas só após a tomada de consciência das questões étnico-raciais é que compreendi que fui e sou violentada e atravessada por esse processo. Conforme analisa Munanga (2008, p. 111):

Dependendo do grau de miscigenação, o mestiço brasileiro pode atravessar a linha ou a fronteira de cor e se reclassificar ou ser reclassificado na categoria “branca”. Jamais poderá ser rebaixado ou classificado como negro, salvo raras exceções, devido notadamente à escolha individual por posicionamento ideológico. Seria o caso dos poucos e raros mestiços politicamente mobilizados e que se consideram negros para forjar a solidariedade e a identidade política de todos os oprimidos.

Só me vi como negra após o amadurecimento acadêmico no ensino superior, realidade de grande parte das mulheres negras que se compreendem enquanto tal como sujeitos políticos – como nos mostra Denise Pini Rosalem da Fonseca, na introdução do livro “Outras Mulheres”, recentemente publicado, e, dessa forma, resignifiquei minhas lembranças de tantos processos vividos ao longo da vida, dando conta da opressão de gênero e racial, pois como enfatiza Neusa Santos (1983, p. 17-18):

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades.

Minha história se mistura com a de tantas outras mulheres negras, histórias que são únicas, mas que em tantos aspectos se entrelaçam e desnudam as formas multifacetadas como o racismo revela-se no Brasil. O livro “Outras Mulheres”, já

mencionado, representa uma tentativa de dar visibilidade a esse Outro historicamente silenciado, ao qual é relegado, nas desiguais relações de poder, as posições mais subalternas em nossa sociedade. Posições em todos os sentidos: social, moral, sexual... Muitos desses processos foram vivenciados por mim, com maior ou menor grau de intensidade. Como medir a dor causada pelo racismo? Sei que alguns processos eu não atravessei com a mesma intensidade que tantas outras mulheres negras. Por ter a cor negociável, por não ter como marca a cor da pele, transitei pelas nuances que a mestiçagem provocou na formação e, por conseguinte, na identidade racial do povo brasileiro. Também essa indecisão e conflitos de identidade causaram-me sofrimento. Nem preta nem branca, ou tanto preta quanto branca? Já sofri exclusão transitando pelos dois grupos, pois era ridicularizada entre os brancos, por causa das marcas de minha negritude, mas tive dificuldades em ser aceita nos movimentos negros, em face da pouca pigmentação da minha pele.

O contato com as histórias de vida das “Outras Mulheres¹⁵” levou-me a ressignificar minhas lembranças, e as semelhanças e particularidades que nos unem, instigou-me a estudar a infância e adolescência das mulheres negras, com vistas a dar-lhes voz e centralizar as dolorosas percepções do racismo e sexismo para, assim, contribuir para a existência de políticas, serviços e ações que viabilizem a proteção desse segmento.

6. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A realização deste trabalho terá por intuito ampliar as reflexões a respeito das desigualdades de gênero e raça, tão presentes na sociedade brasileira ainda nos dias atuais, provocando o debate acerca das fronteiras que ainda persistem no mundo globalizado, especialmente no que tange às diferenças que ainda estão num patamar de desigualdade.

Para Almeida (2009), os desafios postos às mulheres negras consistem ainda na reapropriação da diversidade cultural negro-brasileira em diferentes campos da vida social. O que percebemos é que algumas bandeiras já foram conquistadas nesse aspecto,

¹⁵ São seis mulheres, negras, brasileiras e intelectuais, egressas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, as pesquisadoras que compõem essa obra e que apresentam seus estudos sobre a mulher negra, nos mais diversificados espaços.

especialmente com o conjunto de Ações Afirmativas¹⁶ em fase de implantação no Brasil nos últimos anos. Esse reconhecimento das injustiças históricas e da existência do racismo no país pode ser considerado um grande avanço, que nos possibilita acreditar que algumas mudanças de paradigmas podem se realizar.

Por fim, o que enfatizamos é que os desafios são muitos. As diferenças ainda geram desigualdades, e no imaginário social ainda persiste o modelo de família burguesa e patriarcal, na qual a divisão de papéis ainda se baseia no sexo, e também, a democracia racial vive e se mantém no discurso e no seio de nossa cultura. Tudo que é camuflado é mais difícil de ser combatido e, assim sendo, para que as Ações Afirmativas se efetivem, se faz urgente desnudar essas desigualdades em nosso país, através da educação, dos meios de comunicação, das mais diversas instituições que influem no pensamento social, caso contrário, os lugares que o negro, a mulher e, mais ainda, a mulher negra ocupam na sociedade continuarão sendo os de menor prestígio e de subordinação.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Magali da Silva. **Mulheres Negras e Globalização**. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/afirme/ARTIGOS/membros/magali/mag02.pdf>. Acessado em 30 de abril de 2011.

AMARO, Sarita. A Questão Racial na Assistência Social: um debate emergente. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n° 81. São Paulo: Cortez, 2005.

BAIROS, Luíza. Nossos Feminismos Revisitados. In: **Dossiê Mulheres Negras** – Matilde Ribeiro (org). Revista Estudos Feministas, Florianópolis/SC, CFH/CCE/UFSC, v.3 n. 3, 1995.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de Doutorado em Filosofia da Educação, USP, 2005.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Vol II. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

¹⁶ As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (GOMES, 2001, p. 21).

Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

COSTA, Jurandir Freire. Prefácio. In: SOUZA, Neusa dos Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008

FILHO, José Barbosa. **O Serviço Social e a Questão do Negro na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Marques Saraiva, 2006.

FONSECA, Denise Pini Rosalem. Sujeito político e objeto de estudo: as mulheres negras que falam aqui. In: FONSECA, Denise Pini Rosalem; LIMA, Tereza Marques de Oliveira (Orgs). **Outras Mulheres: mulheres negras brasileiras ao final da primeira década do século XXI**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012.

GOMES, Joaquim. **Ação afirmativa e princípio constitucional de igualdade**. 1ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

hooks, bell. Alisando o nosso cabelo. **Revista Gazeta de Cuba** - Unión de escritores y artista de Cuba. Havana, jan-fev. Disponível em:
http://www.lppuerj.net/olped/AcoesAfirmativas/exibir_opiniao.asp?codnoticias=9495i. Acesso em 9 de janeiro de 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Ano 2, nº 3. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, Maria Beatriz do. A mulher negra e o amor. In RATTTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: Queroz, 1979.

RIBEIRO, Matilde. As abordagens étnico-raciais e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade, nº 79**. São Paulo: Cortez, 2004.

ROCHA, Roseli da Fonseca. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade, nº 99**. São Paulo: Cortez, 2009.

Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

RODRIGUES, Cristiano Santos e PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. In: **Psicologia & Sociedade**, 22(3), 2010.

SEBASTIÃO, Ana Angélica. Feminismo Negro e suas práticas no campo da cultura. **Revista da ABPN**, vol. 1, n. 1, mar-jun 2010.

SOUZA, Neusa dos Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, vol. 1, n. 1, mar-jun 2010.